

PARECER DE PLENÁRIO PELA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 2.220, DE 2021

Dispõe Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003, para estabelecer a prioridade na realização de exames toxicológicos de mulheres vítimas de violência.

Autor: Deputado PEDRO LUCAS FERNANDES

Relatora: Deputada ANA PAULA LEÃO

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 2.220, de 2021, de autoria do ilustre Deputado Pedro Lucas Fernandes, modifica a Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003, para *garantir à mulher vítima de violência a prioridade na realização de exames toxicológicos* sempre que houver *suspeita de administração de drogas sem o seu consentimento*.

Em sua justificação da matéria, o Deputado Pedro Lucas Fernandes relata que o Brasil tem avançado muito no combate à violência contra a mulher e que se notam várias contribuições do Poder Legislativo. São exemplos eloquentes desses avanços: a *Lei Maria da Penha* (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006), que cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, e a Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003, que *“estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados”*.

No sentido, para a *adequada* resposta do Estado brasileiro à violência contra a mulher com utilização de droga para *dopar* a vítima (*p. ex.*, a prática do *“boa noite, cinderela”*), de modo a *reduzir* ou *anular* a sua defesa/resistência ao *injusto*, a realização de exame toxicológico é medida probatória necessária, sem espaço para *demora*, sob pena de, *a uma*, eliminação das substâncias e, *a duas*, manutenção e potencialização do estado de vulnerabilidade por ausência de proteção e reação adequada dos órgãos competentes.

A matéria foi distribuída às seguintes Comissões: *i)* de Defesa dos Direitos da Mulher; *ii)* de Saúde; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. A este último colegiado, incumbe examinar a proposição nos aspectos previstos no inciso primeiro do artigo 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.



A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher aprovou a proposta na forma de Substitutivo, nos termos do voto da relatora, a Deputada Flávia Moraes. O texto substituto diferencia-se da proposição original pelo fato de exigir, até como cautela normativa, a *autorização* da paciente ou de seu representante legal para a realização do exame toxicológico, com abrangência mais ampla, porquanto *de larga janela de detecção*.

Por sua vez, a Comissão de Saúde, secundando o voto do relator, o Deputado Dr. Benjamim, aprovou a matéria na forma do Substitutivo da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.

Não foram apresentadas emendas na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Foi aprovado requerimento de urgência, estando a matéria pronta para apreciação em Plenário, na esteira do artigo 155 do Regimento da Casa.

É o relatório.

II – VOTO DA RELATORA

Cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronunciar sobre a *constitucionalidade*, a *juridicidade* e a *técnica legislativa* das proposições, conforme a alínea a do inciso IV do artigo 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

A União tem competência, dividida concorrentemente com os Estados e o Distrito Federal, para legislar sobre proteção e defesa da saúde na forma do inciso XII do artigo 24 da Constituição da República. No que tange à iniciativa, tem o Parlamento a *legitimidade* para deflagrar o processo legislativo do *conteúdo* proposto.

Noutro giro, a dignidade humana, vale lembrar, é fundamento de nossa Constituição, *fonte* do **personalismo ético** da Carta brasileira, *exigente* de um movimento de *tutela* e promoção da vida **ampla** – *sem* violência, *sem* constrangimento, livre e fluida no exercício dos direitos e garantias fundamentais –, por vezes, como no caso, com a diferenciação *justificada* de acesso a procedimentos (**prioridade**).

Dessarte, o Projeto de Lei nº 2.220, de 2021, e o Substitutivo da Comissão de Direitos da Mulher são formal e materialmente **constitucionais**.

No que toca à juridicidade, observa-se que a matéria da proposta original e do Substitutivo, aqui analisada, em nenhum momento transgredir os princípios gerais do direito que informam o sistema jurídico pátrio, sendo, portanto, **jurídica**.

No que concerne à técnica e à redação legislativa, conclui-se que se observaram, na feitura da proposição, as imposições da Lei Complementar nº 95, de 1998. Há que corrigir, porém, tanto no Projeto como no Substitutivo, a ementa, bem como agregar em ambas proposições, ao final do dispositivo alterado, a expressão “NR”.



Haja vista o que acabo de expor, voto pela **constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa** do Projeto de Lei nº 2.220, de 2021 (na forma das Emendas anexas), e do Substitutivo a ele apresentado na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (na forma das Subemendas anexas).

Sala das Sessões, em de de 2024.

Deputada **ANA PAULA LEÃO**

Relatora



PROJETO DE LEI Nº 2.220, DE 2021

Dispõe Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003, para estabelecer a prioridade na realização de exames toxicológicos de mulheres vítimas de violência.

Apresentação: 05/12/2024 10:30:08.707 - PLEN
PRLP 1 => PL 2220/2021

PRLP n.1

EMENDA Nº 1

Substitua-se, na ementa do Projeto, a expressão “Dispõe Lei” pela expressão “Altera a Lei”.

Sala das Sessões, em de de 2024.

Deputada **ANA PAULA LEÃO**

Relatora



PROJETO DE LEI Nº 2.220, DE 2021

Dispõe Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003, para estabelecer a prioridade na realização de exames toxicológicos de mulheres vítimas de violência.

Apresentação: 05/12/2024 10:30:08.707 - PLEN
PRLP 1 => PL 2220/2021

PRLP n.1

EMENDA Nº 2

Acresça-se, na redação dada por este Projeto, ao final do art. 1º da Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003, a expressão “NR”.

Sala das Sessões, em de de 2024.

Deputada **ANA PAULA LEÃO**

Relatora



SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER AO PROJETO DE LEI Nº 2.220, DE 2021

Dispõe Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003, para estabelecer a prioridade na realização de exames toxicológicos de mulheres vítimas de violência.

SUBEMENDA Nº 1

Substitua-se, na ementa do Projeto, a expressão “Dispõe Lei” pela expressão “Altera a Lei”.

Sala das Sessões, em de de 2024.

Deputada **ANA PAULA LEÃO**
Relatora



SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER AO PROJETO DE LEI Nº 2.220, DE 2021

Dispõe Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003, para estabelecer a prioridade na realização de exames toxicológicos de mulheres vítimas de violência.

SUBEMENDA Nº 2

É acrescida, na redação dada por este Substitutivo, ao final do art. 1º da Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003, a expressão “NR”.

Sala das Sessões, em de de 2024.

Deputada **ANA PAULA LEÃO**
Relatora

